RGe ISSN: 2177-3246

UMA NOVA PESPECTIVA PARA A CLASSIFICAÇÃO DO TURISMO PARA AS CIDADES DO BRASIL

A NEW PERSPECTIVE TO CLASIFICATE THE BRAZILIAN TOURISTICS CITIES

UMA OUTRA PERSPECTIVA PARA LA CLASIFICASÍON DE LAS CIUDADES TURÍSTICAS BRASILEÑAS

10.56238/revgeov17n5-080

Diogo Diniz de Sousa
Mestre em Geografia
Instituição: Universidade de Brasília
E-mail: diogo.diniz@unb.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0001-9137-1533
Lattes: http://lattes.cnpq.br/7630044024776767

Marutschka Martini Moesch
Doutora em Comunicação
Instituição: Universidade de São Paulo, Universidade de Brasília
E-mail: marumosch@unb.br
Orcid: https://orcid.org/0000-0002-7029-5495
Lattes: http://lattes.cnpq.br/4591055346328481

RESUMO
Considerando a fragilidade do Instrumento de Categorização dos Municípios Turísticos do Mapa do Turismo Brasileiro, que privilegia critérios mercadológicos e tecnocráticos, negligenciando a efetividade e a qualidade das dinâmicas territoriais, objetiva-se propor uma nova abordagem classificatória para os municípios turísticos brasileiros. Para tanto, procede-se à revisão integrativa de literatura, articulando os campos epistemológicos do turismo – espacial, cultural, antropológico e econômico – como base analítica. Desse modo, observa-se que a atual categorização reduz o turismo à lógica da oferta e demanda e a indicadores burocráticos, desconsiderando seus impactos socioespaciais, como segregação e gentrificação. Como resultado, propõem-se indicadores que valorizem economias solidárias, o reinvestimento local e a participação ativa das comunidades na gestão turística, assegurando representatividade e proteção da cultura viva. O que permite concluir que o turismo deve ser compreendido como fenômeno complexo e instrumento de emancipação social, superando a lógica estritamente mercadológica. A proposta contribui, teoricamente, para o aprofundamento interdisciplinar do turismo e, na prática, para subsidiar uma nova lógica de distribuição de recursos federais, incorporando dimensões culturais, espaciais e antropológicas na formulação de políticas públicas.

Palavras-chave: Turismo. Brasil. Epistemologia. Campos Epistemológicos do Turismo.

ISSN: 2177-3246

ABSTRACT
Considering the fragility of the Categorization Instrument of Tourist Municipalities within the Brazilian Tourism Map, which prioritizes market-oriented and technocratic criteria while neglecting the effectiveness and quality of territorial dynamics, this study aims to propose a new classificatory approach for Brazilian tourist municipalities. To this end, an integrative literature review is conducted, articulating the epistemological fields of tourism–spatial, cultural, anthropological, and economic–as an analytical foundation. Thus, it is observed that the current categorization reduces tourism to the logic of supply and demand and to bureaucratic indicators, disregarding its socio-spatial impacts, such as segregation and gentrification. As a result, indicators are proposed that value solidarity economies, local reinvestment, and the active participation of communities in tourism management, ensuring representativeness and the protection of living culture. This allows the conclusion that tourism should be understood as a complex phenomenon and an instrument of social emancipation, going beyond a strictly market-based logic. The proposal contributes, theoretically, to the interdisciplinary deepening of tourism studies and, in practice, supports a new logic for the distribution of federal resources, incorporating cultural, spatial, and anthropological dimensions into public policy formulation.

Keywords: Tourism. Brazil. Epistemology. Epistemological Fields of Tourism.

RESUMEN
Considerando la fragilidad del Instrumento de Categorización de los Municipios Turísticos del Mapa del Turismo Brasileño, que privilegia criterios mercadológicos y tecnocráticos, descuidando la efectividad y la calidad de las dinámicas territoriales, se propone un nuevo enfoque de clasificación para los municipios turísticos brasileños. Para ello, se realiza una revisión integradora de la literatura, articulando los campos epistemológicos del turismo –espacial, cultural, antropológico y económico– como base analítica. De este modo, se observa que la categorización actual reduce el turismo a la lógica de la oferta y la demanda y a indicadores burocráticos, ignorando sus impactos socioespaciales, como la segregación y la gentrificación. Como resultado, se proponen indicadores que valoren las economías solidarias, la reinversión local y la participación activa de las comunidades en la gestión turística, garantizando la representatividad y la protección de la cultura viva. Esto permite concluir que el turismo debe entenderse como un fenómeno complejo y un instrumento de emancipación social, superando la lógica estrictamente mercantil. La propuesta contribuye, teóricamente, a la profundización interdisciplinaria del turismo y, en la práctica, a sustentar una nueva lógica de distribución de recursos federales, incorporando dimensiones culturales, espaciales y antropológicas en la formulación de políticas públicas.

Palabras clave: Turismo. Brasil. Epistemología. Campos Epistemológicos del Turismo.

ISSN: 2177-3246

1 INTRODUÇÃO

O Programa de Regionalização do Turismo surgiu, em 2004, como uma demanda orientada pelo Macroprograma Quatro do I Plano Nacional de Turismo, vigente desde o ano anterior até 2007. Como o próprio nome indica, a intenção era regionalizar o turismo brasileiro, a partir do agrupamento de municípios em torno desse conjunto de cidades, criando uma configuração territorial como práxis das ações governamentais: a região turística. Para organizar o território brasileiro, conjuntamente com o Programa, foi criado o Mapa do Turismo Brasileiro, no qual eram reunidas essas áreas regionais e as cidades inseridas em cada uma delas. No primeiro exemplar, segundo Sousa e Araújo Sobrinho (2024), existiam 319 regiões turísticas que englobavam 3.203 municípios brasileiros, num total de cerca de 5.570.

Desde 2013, o Instrumento de Categorização dos Municípios do Mapa do Turismo Brasileiro, que classifica as cidades em cinco categorias (de A – a melhor categorizada – a E). Para que uma cidade seja categorizada, seis elementos são considerados: a) existência de estabelecimentos hoteleiros; b) geração de empregos no setor hoteleiro local; c) quantitativo de turistas domésticos; d) quantitativo de turistas estrangeiros; e) montante de arrecadação de impostos federais dos estabelecimentos hoteleiros; e f) existência de um Conselho Municipal de Turismo ativo e participação comprovada em uma Instância de Governança Regional, conforme apontam Chemin, Filipim e Abrahão (2021).

Em 2024, essas arestas foram revisadas para uma nova classificação, contígua ao Plano Nacional de Turismo 2024-2027, com a reformulação da categorização dos municípios turísticos brasileiros, reduzindo-a de cinco para três categorias: municípios turísticos, municípios com oferta turística complementar e municípios de apoio ao turismo. A nova metodologia, desenvolvida em parceria com o IPEA, baseia-se em 70 variáveis distribuídas em 10 dimensões analíticas, como estrutura econômica, governança, serviços turísticos e infraestrutura de transporte, com pesos diferenciados. A operacionalização ocorreu por meio da definição dessas variáveis e da aplicação de técnicas de clusterização, resultando em uma pontuação final para cada município. Embora apresentada como mais dinâmica e adaptada ao território, a categorização mantém a centralidade decisória do Ministério do Turismo e prioriza o repasse de recursos apenas às duas primeiras categorias.

Na prática, a nova classificação abrange 2.826 municípios inseridos no Mapa do Turismo Brasileiro de 2025, evidenciando forte seletividade territorial. Os municípios turísticos concentram capitais e principais fluxos e infraestruturas, sendo priorizados em investimentos e promoção, enquanto os municípios com oferta complementar dependem desses polos e apresentam maior sazonalidade. Já os municípios de apoio possuem baixa infraestrutura e função subsidiária, recebendo menor atenção nas políticas públicas. Assim, a categorização estabelece uma hierarquia funcional no território, orientando estratégias diferenciadas de atuação estatal e reforçando a concentração de investimentos

nos estratos superiores, uma vez que a maior parte dos recursos federais continua destinada aos municípios mais bem classificados.

A abordagem burocrática também é problemática. A exigência de conselhos municipais de turismo e instâncias de governança regional não avalia a efetividade desses mecanismos. Municípios podem cumprir formalidades sem desenvolver planejamento estratégico ou ações concretas, o que fragiliza o turismo das regiões e, logo, a política pública.

Assim, como objetivo, este artigo faz um esforço para a superação desses critérios, de modo a ir além da dimensão econômico-administrativa, incorporando elementos estruturantes que dialoguem com as múltiplas facetas do turismo. Para isso, propõe-se um modelo baseado em categorias interligadas, articuladas na práxis turística, formando um ecossistema interdependente e complexo, conforme a visão de Morin (2007). Moesch (2023) avança nessa discussão ao interpretar o turismo como um processo orgânico e histórico, inserido em um campo estruturante inspirado na teoria de Bourdieu (2004). Para o sociólogo francês, um "campo" é um espaço social autônomo onde agentes disputam diferentes formas de capital (econômico, cultural, simbólico), moldando relações de poder. Aplicando essa lógica ao turismo, Moesch (2023) propõe quatro campos interdependentes: o campo econômico, o campo cultural, o campo antropológico e o campo espacial. Assim, esses campos podem ser incorporados ao campo epistemológico das políticas de turismo, de modo a esmiuçarem e possibilitarem a constituição de novas categorizações a partir deles.

Como justificativa, este trabalho articula implicações teóricas e práticas. No plano teórico, contribui para a discussão epistemológica interdisciplinar das políticas públicas de turismo, rompendo com visões padronizadas ao integrar dimensões espaciais, culturais, antropológicas e econômicas em um modelo analítico holístico. Tal abordagem reconhece o turismo como um fenômeno complexo, cuja materialidade transcende indicadores mercadológicos e burocráticos, exigindo uma compreensão sistêmica que dialogue com as dinâmicas territoriais e as relações de poder imbricadas nas práticas turísticas. Na esfera prática, este artigo levanta uma alternativa a ser usada no bojo de políticas públicas, ao ver o turismo como fenômeno, cuja práxis é arranjada por uma complexidade que deve ser almejada pelos agentes burocratas do Estado, de modo que o turismo não seja meramente um “setor” que reproduza as mesmas ações de apropriação do capital acerca das políticas públicas, como demonstra Fernandes (1976) ao longo da historicização brasileira.

Este artigo está seccionado em cinco partes: referencial teórico, metodologia, resultados e discussões, considerações finais e referências.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

A categorização é um método de organização de processos e fenômenos por meio do agrupamento de elementos com características semelhantes, permitindo a análise de realidades

complexas. Como destacam Japiassu e Marcondes (2006), essa prática visa estruturar o conhecimento, tornando-o mais acessível e compreensível. Essa base filosófica remonta ao pensamento de Kant (2002), que propôs a segmentação analítica dos fenômenos a partir de atributos compartilhados. Essa abordagem não se limita à mera classificação, mas atua como um instrumento epistemológico: as categorias definem parâmetros para interpretar realidades, evidenciando relações de causa e efeito e facilitando a comunicação entre os elementos estudados.

Sob a lógica kantiana, a categorização busca, portanto, transformar processos e fenômenos em objetos de análise claros e objetivos. Para isso, agrupa-se aquilo que possui características comuns, as quais devem ser explicitamente identificadas e fundamentadas – não apenas no âmbito subjetivo do pesquisador, mas de forma material e verificável. Desse modo, as categorias transcendem a função de rótulos: são estruturas conceituais que ordenam o conhecimento, destacando padrões e conexões essenciais para a interpretação crítica do todo.

Segundo Phillips (1974), os ordenamentos de uma categorização estruturam-se em elementos de estratificação que combinam critérios objetivos e dinâmicos. O primeiro parâmetro são as características comuns, que servem como base para agrupar fenômenos ou processos, exigindo definição clara e verificação empírica para evitar ambiguidades. Esses atributos – como forma, função ou causalidade – orientam a segmentação analítica proposta por Kant, que decompõe realidades complexas em partes analisáveis. Além disso, parâmetros conceituais delimitam o escopo das categorias, definindo inclusões e exclusões com base em referenciais teóricos (ontológicos e metodológicos), enquanto uma estrutura epistemológica hierarquiza ou interliga as categorias, destacando relações como causa e efeito ou correlações. Esse ordenamento inicial, porém, não é rígido: está sujeito a rearranjos conforme o conhecimento evolui.

O segundo parâmetro envolve as dinâmicas de rearranjo, impulsionadas por novas evidências, mudanças teóricas ou demandas práticas – como em descobertas empíricas que podem alterar características antes consideradas estáveis. Esses ajustes revelam que a categorização é um processo reflexivo, que equilibra coerência teórica e flexibilidade, evitando que as estruturas se tornem obsoletas ou reducionistas.

Por fim, o terceiro parâmetro reside nas relações entre categorias, que podem ser hierárquicas, sobrepostas ou transversais. A hierarquização organiza categorias em níveis de generalidade; a sobreposição reconhece que fenômenos multifacetados pertencem simultaneamente a múltiplas categorias; e a transversalidade integra conceitos universais – como “tempo” ou “espaço” – a diversos domínios do conhecimento. Essas relações não são fixas: são redefinidas conforme avançam as lentes analíticas, como destacam Japiassu e Marcondes (2006). Assim, a categorização mantém-se como ferramenta viva, capaz de traduzir a complexidade do real sem aprisioná-la em rótulos estáticos, garantindo que o conhecimento permaneça tanto estruturado quanto adaptável.

Dessa forma, a categorização funciona como indicativo de fenômenos ao simplificar realidades complexas em padrões identificáveis, operando como uma ferramenta epistemológica ao orientar ações – como políticas públicas e investimentos – por meio da definição de critérios claros e do estabelecimento de parâmetros para avaliação de fenômenos.

A partir da interpretação de Phillips (1974) e de Chemin, Filipim e Abrahão (2021), percebe-se que a categorização do turismo dos municípios brasileiros baseia-se prioritariamente no primeiro parâmetro de ordenamento: características comuns objetivas e verificáveis, utilizando seis critérios quantitativos e institucionais. Esses elementos incluem a existência de estabelecimentos hoteleiros, geração de empregos no setor, volume de turistas domésticos e estrangeiros, arrecadação de impostos federais vinculados ao turismo, além da presença de um Conselho Municipal de Turismo ativo e da participação em instâncias de governança regionais. Esses indicadores segmentam a realidade turística de forma analítica, seguindo uma lógica kantiana ao decompor fenômenos complexos em dados mensuráveis, como infraestrutura, impacto econômico e estrutura de gestão.

Com isso, objetiva-se a categorização do turismo dos municípios brasileiros, dada sua importância para orientar políticas públicas eficazes e tentar promover o desenvolvimento territorial de forma controlada pelo Estado brasileiro, observam Sousa e Silva (2025). Ao estabelecer critérios objetivos, essa classificação permite identificar prioridades de investimento, direcionar recursos para localidades com potencial subutilizado e fortalecer a gestão por meio de indicadores. Além disso, ao agrupar municípios conforme suas características turísticas, em tese, há a facilitação da integração regional, incentivando rotas e cooperação entre destinos.

Assim, ao observar os elementos de classificação, nota-se que as cidades classificadas como A são aquelas onde há maior fluxo turístico e uma infraestrutura consequente para atender essa demanda. São justamente nessas cidades que há maior envio de recursos. Consequentemente, quanto mais próximo da categoria E, menor o volume entre fluxo turístico e infraestrutura, e, como resultado, menor o repasse de recursos via Ministério do Turismo e emendas parlamentares condicionadas pelos órgãos da superestrutura turística nacional, conforme constata Silva (2020).

Porém, como abordam Sousa e Silva (2025), a categorização é concebida a partir de critérios frágeis. Segundo os autores, a atual categorização prioriza indicadores mercadológicos – como fluxo turístico e arrecadação de impostos – e critérios burocráticos, como a existência formal de conselhos municipais. Essa abordagem ignora dimensões essenciais do turismo, como aspectos culturais, antropológicos e ambientais, reduzindo-o a um fenômeno quantificável e desconsiderando sua complexidade como prática social e territorial.

Outra questão crítica é a reprodução de desigualdades. Ao concentrar recursos em municípios turísticos – majoritariamente capitais e grandes centros econômicos –, a política aprofunda assimetrias regionais. Enquanto estas recebem a maioria dos investimentos, os municípios de oferta complementar

e de apoio ao turismo ficam à margem, incluindo destinos com turismo de base comunitária ou com potencial subutilizado.

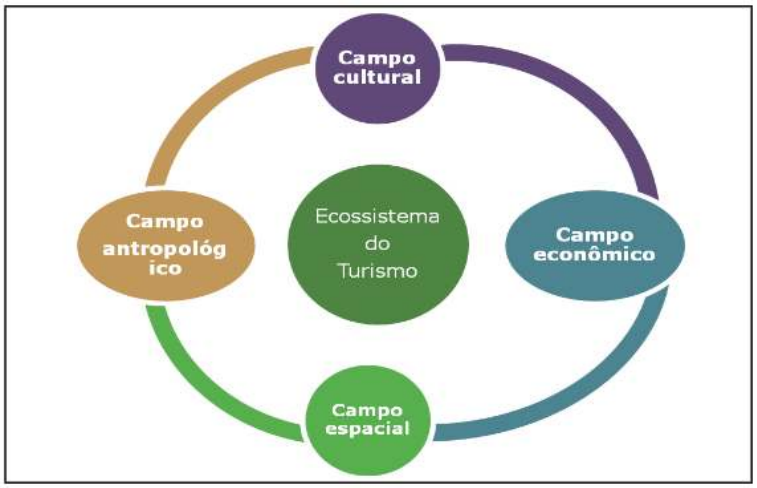
A fragilidade metodológica também é evidente. Critérios como a existência de conselhos municipais de turismo não avaliam a qualidade dessas instâncias, permitindo que municípios cumpram formalidades sem efetividade prática. Por exemplo, cidades podem criar conselhos apenas no papel, sem planejamento estratégico ou participação social, o que fragiliza a gestão do turismo em escala local. Além disso, a categorização desconsidera contextos locais, como sazonalidades, especificidades geográficas e motivações turísticas diversas.

Por fim, a dinâmica da política reforça e reproduz o desenvolvimento desigual do território, alicerçado na estrutura capitalista brasileira, que privilegia destinos turísticos com infraestrutura de grande porte – notadamente os aeroportos mais movimentados, as cidades com maiores fluxos turísticos e aquelas próximas aos centros de poder político e econômico nacional, em um primeiro momento, e estadual, em um segundo –, em detrimento de aspectos qualitativos como cultura local, potencialidades e turismo de base comunitária.

Para superar essas limitações, deve-se adotar uma abordagem holística. Este artigo propõe tal abordagem, a partir de novos elementos de categorização que vão além da lógica mercadológica e das práticas burocráticas baseadas exclusivamente na dominação legal, conforme concebida no pensamento weberiano. O turismo, enquanto fenômeno complexo e multifacetado, demanda uma compreensão que transcenda esses modelos estáticos e reducionistas.

Assim, propõe-se analisá-lo como um ecossistema turístico – composto pelos campos cultural, econômico, antropológico e espacial –, oferecendo uma abordagem transdisciplinar e dinâmica. Segundo Moesch (2023), a partir das interpretações de Bourdieu (2004), Harvey (2012) e Morin (2017), esses campos estruturantes do ecossistema turístico surgem como resposta crítica às limitações dos modelos tradicionais de categorização do turismo, que tendem a fragmentar o fenômeno em componentes isolados (como hospedagem, transporte ou atrações), ignorando sua organicidade e dinâmica relacional. Esses campos – cultural, econômico, antropológico e espacial – são categorias analíticas interdependentes, formuladas a partir de um diálogo transdisciplinar. Sua seleção e formatação derivam da necessidade de capturar a essência multifacetada do turismo, entendido não como um sistema fechado, mas como um processo vivo, marcado por contradições, historicidade e relações de poder, conforme Figura 1.

Figura 1. O ecossistema do turismo e seus campos estruturantes



Fonte: Moesch (2023).

O campo cultural está enraizado na noção de habitus, que explica como práticas sociais e identidades coletivas estruturam a experiência turística. Este campo transcende a visão reducionista da cultura como "recurso" ou "produto", revelando como símbolos, memórias e conflitos (como a resistência à homogeneização neoliberal) definem a autenticidade de um destino.

Já o campo econômico incorpora a categoria de renda monopolista (Harvey), que evidencia como a singularidade de um território gera valor, mas também abre espaço para contradições, como a especulação imobiliária ou a dominação de grupos globais sobre empreendimentos locais. Aqui, a economia não se reduz a métricas de fluxo ou receita, mas é analisada como um jogo de forças entre preservação identitária e pressões capitalistas.

O campo antropológico amplia o foco para as relações comunitárias, as trocas simbólicas e a reconstrução de identidades. Este campo desafia a noção de "comunidade receptora" como entidade passiva, destacando sua agência na negociação entre autenticidade e globalização.

Por fim, o campo espacial reconhece o território como um palimpsesto de memórias e conflitos, onde fluxos turísticos interagem com disputas pelo uso do solo. Longe de ser um cenário neutro, o espaço é um processo auto-eco-organizador moldado por tensões entre fixos (lugares de memória) e fluxos (turistas, capital global).

A escolha desses quatro campos não é arbitrária, mas reflete uma síntese teórico-metodológica orientada por três critérios: interdependência (nenhum campo existe isoladamente), relacionalidade (conexões entre escalas local e global) e capacidade de explicar contradições (ex.: como a renda monopolista depende da cultura, mas pode destruí-la). Outras dimensões, como a ambiental ou a política, não foram excluídas, mas são analisadas através desses campos. Por exemplo, questões ambientais emergem no campo espacial (degradação de paisagens) e no cultural (valor simbólico da terra), enquanto a política permeia o econômico (disputas por recursos) e o antropológico (lutas por reconhecimento).

Essa estruturação responde diretamente às críticas aos modelos tradicionais, como os de Fuster (1974), Leiper (1979) e Beni (2004), acusados de plastificar o turismo em categorias estáticas e neutras, incapazes de capturar sua complexidade, conforme Moesch (2004) constata em sua tese de doutorado. Ao contrário, a intenção é que, com esses campos estruturantes, as categorizações do turismo das cidades brasileiras ofereçam uma epistemologia social do turismo, que vê as políticas públicas de turismo não como um fenômeno isolado ou neutro, mas como desdobramento de uma prática social complexa, profundamente enraizada em relações de poder, contextos históricos e dinâmicas culturais, criticando e rejeitando visões reducionistas.

3 METODOLOGIA

A categorização atual dos municípios turísticos brasileiros, conforme discutido por Sousa e Silva (2015), é estruturalmente frágil por restringir-se a critérios mercadológicos e burocráticos, como fluxo turístico, arrecadação de impostos e formalidade de conselhos municipais. Essa abordagem, centrada no binômio mercado-burocracia, reduz o turismo a uma lógica de oferta e demanda, ignorando dimensões essenciais que compõem sua complexidade como fenômeno social e territorial. Apesar de reconhecer a importância dessas dimensões, há um evidente erro em classificar as políticas públicas de turismo como um desdobramento apenas dessa perspectiva, limitando o turismo e subjugando-o, pois ele é mais complexo do que essa visão maniqueísta. E, nisso, a academia e os pesquisadores devem, a partir de seus trabalhos, prospectar soluções, vendo a realidade de maneira crítica, de modo a esboçar diagnósticos e prognósticos também por este prisma, como afirma Sousa (2024).

A ênfase em indicadores quantitativos e institucionais desconsidera aspectos qualitativos como cultura local, participação comunitária, preservação de saberes tradicionais e conflitos territoriais, o que gera distorções na distribuição de recursos e aprofunda desigualdades regionais. Moesch (2023) propõe uma reinterpretação do turismo como um ecossistema composto por quatro campos estruturantes interdependentes – econômico, cultural, antropológico e espacial –, oferecendo uma perspectiva analítica capaz de superar a visão reducionista do modelo vigente.

A metodologia adotada neste artigo articula o estudo de caso comparativo com a análise de conteúdo de Bardin (2016), visando compreender como as dimensões econômica, cultural, antropológica e espacial se inter-relacionam nos territórios. A pré-análise inicia-se com a organização de um corpus documental, isto é, os referenciais de quaisquer tipos que são analisados pelo pesquisador, que, para este artigo, abrange normativas do Ministério do Turismo, dados socioeconômicos municipais e críticas acadêmicas ao modelo atual. Identifica-se que os critérios oficiais operam sob uma lógica de segmentação analítica, decompondo o turismo em variáveis isoladas, como hotéis e empregos formais, sem articular interdependências. A leitura flutuante revela a predominância de termos como “competitividade” e “fluxo”, indicando uma racionalidade técnica

que marginaliza narrativas locais sobre autenticidade e justiça territorial. Paralelamente, a revisão integrativa evidencia limitações epistêmicas do sistema, como a incapacidade de capturar realidades como o turismo de base comunitária.

Na fase de exploração do material, aplicam-se os quatro campos propostos por Moesch (2023) para desvelar lacunas da categorização vigente. O campo econômico é mapeado a partir de dados sobre repasses federais, confirmando a centralidade de métricas mercadológicas, mas revelando a ausência de indicadores como diversificação de receitas ou impacto da sazonalidade. O campo cultural emerge de forma residual, limitado a menções genéricas a "patrimônio", sem critérios para avaliar autenticidade ou conflitos de apropriação simbólica. O campo antropológico é praticamente invisível, sem métricas para participação comunitária ou equidade de gênero, enquanto o campo espacial reduz-se a infraestruturas físicas, negligenciando acessibilidades não hegemônicas e tensões fundiárias.

A interpretação crítica desses achados demonstra que a categorização atual empobrece epistemologicamente o turismo, priorizando uma lógica neoliberal que beneficia centros urbanos consolidados. A exigência burocrática de conselhos municipais, por exemplo, ilustra como o par mercado-burocracia atua como dispositivo de poder, reproduzindo dominações políticas e econômicas sobre territórios marginalizados. A proposta de Moesch (2023), ao integrar os quatro campos estruturantes, ressignifica a categorização: o campo cultural exigiria inventários participativos de patrimônio imaterial; o antropológico demandaria métricas de governança comunitária; o espacial incorporaria mapeamentos de conflitos; e o econômico seria redefinido para além de fluxos monetários.

Essa abordagem holística reconhece a interdependência entre os campos, evidenciando que o turismo não é um "setor" isolado, mas um ecossistema onde dimensões materiais e simbólicas se interligam. A nova categorização tornaria possível reclassificar municípios com base em potencialidades subutilizadas, como patrimônio natural ou práticas comunitárias, enquanto questionaria classificações de cidades consolidadas que negligenciam gentrificação ou esvaziamento cultural. Assim, transcende-se a mera crítica ao modelo vigente, propondo uma ferramenta dialética para políticas públicas mais justas, capazes de reconhecer a complexidade do turismo como fenômeno intrinsecamente ligado a dinâmicas de poder, memória e resistência territorial.

4 RESULTADOS E DISCUSSÕES

A dimensão espacial emerge como eixo fundamental para uma reclassificação dos municípios turísticos, pois o turismo é uma prática que se materializa no território. Este não pode ser reduzido a um mero cenário ou suporte físico, mas deve ser compreendido como espaço onde múltiplas camadas de história, memória e conflitos se sobrepõem, reescrevendo-se continuamente (Saquet, 2015). A categorização institucional, ao focar em infraestruturas como hotéis e aeroportos, ignora essa

complexidade, tratando o espaço como recurso estático e neutro. No entanto, o território é dinâmico: é moldado por relações de poder, identidades coletivas e disputas que transcendem a lógica mercadológica. Uma política de turismo que pretenda ser inclusiva precisa reconhecer que o espaço turístico não é um produto acabado, mas um processo em constante transformação, onde passado e presente coexistem em tensão.

A atual abordagem de categorização, ao priorizar categorias quantitativas de infraestrutura, desconsidera como o turismo interfere nas dinâmicas socioespaciais. Por exemplo, a concentração de investimentos em áreas centrais ou em polos de atração massiva tende a aprofundar segregações, criando zonas de exclusão onde moradores locais são gradualmente expulsos de seus próprios bairros devido à valorização imobiliária. Essa dinâmica, conhecida como gentrificação turística, não apenas fragiliza o tecido social, mas também homogeneíza a paisagem urbana, apagando marcas de autenticidade em favor de uma estética globalizada. Uma nova categorização deve, portanto, incorporar critérios que avaliem a capacidade dos municípios em preservar a diversidade espacial, garantindo que o turismo não se torne vetor de elitização, mas sim mecanismo de integração e justiça territorial.

A acessibilidade não-hegemônica é outro aspecto crítico. Enquanto rotas turísticas oficiais muitas vezes privilegiam conexões entre grandes atrativos, ignorando percursos alternativos utilizados por comunidades tradicionais, uma política sensível ao campo espacial valorizaria essas vias marginais. A inclusão desses trajetos na categorização não apenas democratiza o acesso ao turismo, mas também reconhece saberes locais e práticas ancestrais de ocupação do espaço.

A proteção de áreas de memória coletiva é igualmente vital. Sítios históricos, territórios sagrados e paisagens culturais não são meros “pontos de interesse”, mas espaços carregados de significados que sustentam identidades locais. No entanto, a prática turística desregrada frequentemente os transforma em commodities, esvaziando seu sentido original. Uma categorização alinhada ao campo espacial exigiria que municípios demonstrassem mecanismos de preservação ativa desses locais – não apenas por meio de legislação, mas através da participação direta das comunidades na gestão e na narrativa sobre seu próprio patrimônio. Isso inclui a criação de zonas de amortecimento contra a especulação imobiliária e a implementação de projetos educativos que vinculem turistas à história viva desses espaços.

Em síntese, o campo espacial demanda reavaliação do que significa ser um “município turístico”. Não se trata mais de quantificar infraestruturas, mas de qualificar como o território é vivido, compartilhado e preservado. Essa abordagem reconhece que o espaço não é recipiente passivo, mas agente ativo na construção do turismo – onde a memória não é apagada, os conflitos são transformados em diálogos e a paisagem é testemunho vivo da coexistência entre o turismo, o espaço geográfico e o ser humano, sejam habitantes locais, sejam turistas.

A redefinição do campo econômico na categorização dos municípios turísticos exige ruptura com a lógica reducionista que privilegia categorias macroeconômicas isoladas, como arrecadação de impostos ou geração de empregos formais. Essas métricas, embora úteis para mensurar fluxos monetários, falham em capturar a complexidade das dinâmicas locais, perpetuando visão estreita que ignora desigualdades estruturais e dependências históricas. Em vez de tratar o turismo como motor de crescimento desconectado do tecido social, propõe-se abordagem que entenda a atividade econômica como ecossistema interligado, onde diversificação produtiva, distribuição equitativa de riqueza e autonomia territorial são fundamentais para a sustentabilidade.

A diversificação econômica surge como primeiro eixo dessa transformação. Municípios turísticos não podem ser avaliados apenas por sua capacidade de atrair visitantes ou gerar receitas, mas pela forma como o turismo fortalece circuitos produtivos endógenos, integrando agricultura familiar, artesanato tradicional e pequenos comércios à cadeia de valor turística. A valorização desses circuitos não apenas reduz a dependência de importações e grandes redes corporativas, mas também preserva saberes tradicionais e fortalece identidades culturais, transformando o turismo em vetor de preservação – e não de erosão – da diversidade econômica.

A equidade na distribuição de benefícios é o segundo pilar. Enquanto o modelo vigente tende a concentrar renda em grandes empreendimentos, notadamente aos equipamentos de hospedagem, uma categorização alinhada à justiça econômica deve priorizar municípios que implementam mecanismos de redistribuição, como cooperativas de turismo comunitário, fundos coletivos geridos por associações locais ou políticas de porcentagem obrigatória de contratação de mão de obra residente. A participação de comunidades tradicionais na gestão de empreendimentos turísticos – seja por meio de conselhos deliberativos ou modelos de cogestão – torna-se critério central, garantindo que grupos historicamente marginalizados, como indígenas, quilombolas e populações ribeirinhas, não sejam meros coadjuvantes, mas protagonistas na definição de como o turismo opera em seus territórios.

A autonomia local frente ao turismo constitui o terceiro eixo. Cidades onde a economia é dominada por pequenos grupos econômicos, notadamente exógenos à realidade local, a categorização deve incentivar indicadores que promovem economias solidárias, nas quais a renda gerada pelo turismo é reinvestida em projetos coletivos, como infraestrutura educacional, saúde pública ou capacitação técnica.

A justiça econômica, por fim, não se restringe à distribuição de recursos, mas engloba o direito ao desenvolvimento integral. Isso significa reconhecer que o turismo não pode ser fim em si mesmo, mas ferramenta para ampliar capacidades locais, reduzir assimetrias regionais e fomentar soberania alimentar, energética e tecnológica. Municípios que vinculam o crescimento do setor à melhoria de indicadores sociais – como redução do trabalho infantil, acesso à água potável em áreas periféricas ou universalização do saneamento básico – demonstram que é possível harmonizar interesses econômicos

com bem-estar coletivo. A categorização, nesse sentido, deve funcionar como espelho crítico, expondo contradições e incentivando correções de rota: uma cidade com alta arrecadação turística, mas baixos índices de igualdade social, não pode ser considerada "desenvolvida", mas sim incompleta em sua missão pública.

Ao integrar esses critérios, a categorização econômica é reposicionada, cuja principal característica é perceber o turismo como fenômeno socialmente embutido, cujo sucesso se mede não por números absolutos, mas por sua capacidade de gerar emancipação e desenvolvimento..

O campo antropológico, ao redefinir a noção de "comunidade receptora", transcende a visão passiva de grupos sociais como meros cenários para a atividade turística, reposicionando-os como sujeitos ativos na construção e gestão do turismo. Essa perspectiva exige categorização que avalie não apenas a presença formal de estruturas participativas, como conselhos municipais, mas a efetividade da voz comunitária na tomada de decisões. Para tanto, é fundamental incorporar critérios que mensurem a representatividade de grupos historicamente marginalizados – indígenas, quilombolas, mulheres, jovens – nas instâncias de poder. A participação desses atores não se resume a inclusão simbólica; trata-se de garantir que suas cosmovisões, saberes tradicionais e demandas específicas moldem políticas turísticas, evitando a reprodução de hierarquias coloniais.

A governança comunitária deve ser estruturada como processo contínuo de diálogo, no qual mecanismos de consulta prévia e consentimento livre são pilares. Projetos turísticos, como a instalação de empreendimentos ou a definição de rotas culturais, precisam ser submetidos a assembleias locais, onde o poder simbólico (Bourdieu, 2004) da comunidade seja exercido para negociar benefícios e mitigar impactos. Assim, uma nova categorização deve capturar as práticas do turismo em meio à mercantilização. Ademais, o bem-estar comunitário deve ser avaliado além do viés econômico, considerando redução da violência associada à superexploração de recursos, acesso a saneamento básico para populações impactadas e distribuição equitativa de renda.

Em síntese, o campo antropológico propõe reorientação epistemológica: o turismo não é fenômeno externo a ser implantado, mas ecossistema vivo, tecido pelas relações de poder, memórias e agência local. Como sugere Santos (2007), a sua epistemologia exige traduzir saberes marginalizados em ferramentas de emancipação, garantindo que o turismo adie – e não acelere – o "fim do mundo" simbólico das comunidades. A governança comunitária, nesse sentido, não é modelo a ser replicado, mas processo autoeco-organizador, onde a complexidade (Morin, 2007) das interações humanas redefine continuamente os limites entre o global e o local.

O campo cultural, quando analisado sob a perspectiva epistemológica do turismo como processo ecossistêmico, desafia a redução da cultura a mero "recurso" instrumentalizável, propondo em seu lugar compreensão dialética que reconheça a autenticidade como fenômeno dinâmico e intrinsecamente negociado. Segundo Bourdieu (2004), o habitus cultural não se resume a arquivo

estático de práticas, mas constitui sistema de disposições que se reconstrói continuamente a partir das interações entre agentes sociais e suas estruturas objetivas. Nesse sentido, a preservação das manifestações culturais tradicionais não implica cristalização, mas sim manutenção de processo autoeco-organizador, no qual a comunidade exerce agência sobre a reinterpretação de seus símbolos e ritos. A autenticidade, portanto, emerge como construção social contingente, sustentada por redes de significação coletiva que resistem à externalização de sentidos impostos por lógicas exógenas.

A tensão entre preservação e mercantilização revela-se na disputa pelo poder simbólico, conforme teorizado por Bourdieu. Enquanto a gestão comunitária pressupõe regulação endógena dos códigos culturais – garantindo que rituais, saberes e expressões artísticas mantenham vínculo orgânico com suas raízes históricas –, a espetacularização comercial opera convertendo singularidades culturais em produtos padronizados para consumo massivo. Essa dinâmica acentua-se quando agentes externos ao campo cultural apropriam-se de narrativas locais, deslocando-as de seu contexto relacional para atender a demandas de mercado. A métrica crítica aqui reside não apenas na quantificação de eventos "autênticos", mas na análise das estruturas de governança que definem quem detém autoridade para significar e ressignificar o patrimônio imaterial.

A participação ativa da comunidade na configura-se como indicador essencial do turismo. Modelos participativos – como inventários colaborativos e mecanismos de direitos autorais coletivos – funcionam como dispositivos de resistência à apropriação cultural, reforçando a autonomia dos grupos na definição dos limites entre preservação e inovação. Por fim, a integração de critérios de inovação simbólica exige equilíbrio delicado entre preservação dinâmica e crítica à folclorização. O risco do apagamento histórico surge quando a cultura é reduzida a ícones desconectados de suas matrizes sociais, enquanto a fossilização impede a vitalidade do campo cultural. A ressignificação colaborativa, nesse contexto, deve emergir de diálogos internos ao ecossistema, onde tradições são reinterpretadas sem romper com as estruturas estruturantes que lhes conferem coerência. Assim, o campo cultural afirma-se como espaço de luta contra a homogeneização neoliberal, onde a autenticidade não é atributo fixo, mas processo contínuo de negociação entre memória, identidade e transformação.

Quadro 1. Bases de indicadores para novos critérios de classificação das cidades do turismo

Critérios	Elementos basilares dos critérios	Finalidade da análise dos critérios
Espacial	Analisar as dinâmicas sociais e práticas territoriais; Analisar relações quali-quantitativas entre residentes e visitantes; Avaliar a distribuição equitativa de infraestrutura turística e espaços públicos; Observar coesão territorial e combate à segregação socioespacial.	Visualizar a integração entre turistas e moradores; Visualizar como o turismo é fundamental e um como ferramenta política para reintegração territorial, combatendo a homogeneização e gentrificação.

Econômico	**Contrastar com métricas como puramente macroeconômicas, priorizando diversidade econômica local; Avaliar fortalecimento de circuitos locais (mercados comunitários, artesanato); Medir autonomia municipal frente ao turismo, evitando dependência.**	**Valorizar economias locais contra domínio de grandes corporações; Focar em na redução de desigualdades; Turismo como desenvolvimento, não como concentração de riqueza.**
Antropológico	Analisar interações com comunidades e cultura viva; Priorizar redes de reciprocidade, participação comunitária na gestão; Combater a homogeneização cultural.	Criar uma governança comunitária como critério central (controle local sobre o turismo).
Cultural	Avaliar a preservação das manifestações culturais em sua forma tradicional e envolvimento da comunidade na sua gestão.	Verificar se a cultura local está sendo respeitada ou transformada em espetáculo comercial para atender ao mercado turístico.

Fonte: elaborado pelos autores (2026).

Esta proposta reside na intrínseca interdependência entre os quatro campos estruturantes – cultural, econômico, espacial e antropológico –, cuja análise isolada resultaria em compreensão fragmentada e reducionista do fenômeno turístico. Essa interconexão remete à noção bourdieusiana de campo como espaço relacional, onde as dinâmicas de cada esfera são simultaneamente determinantes e determinadas pelas demais, formando totalidade complexa. Nesse sentido, a excelência em um campo não compensa fragilidades em outro, pois a lógica sistêmica do turismo exige equilíbrio dialético entre suas dimensões. A categorização proposta opera por meio de matrizes integradas que ponderam o peso relativo de cada campo conforme o contexto geossistêmico, reconhecendo que hierarquias não são universais, mas historicamente situadas.

A operacionalização dessa categorização demanda modelo de governança multiescalar, onde atores locais, estaduais e federais co-constroem critérios em diálogos horizontais. Essa abordagem transcende a lógica tecnocrática ao incorporar saberes periféricos – frequentemente marginalizados em processos decisórios –, garantindo que pesos e indicadores reflitam as epistemologias do lugar. Tecnologias digitais, nesse contexto, não são meras ferramentas de coleta de dados, mas dispositivos de democratização cognitiva, capazes de mapear narrativas subalternas e tornar visíveis relações de poder antes ocultas. A certificação periódica e revisável dos municípios, por sua vez, alinha-se à noção de complexidade dinâmica, admitindo que classificações são provisórias e devem adaptar-se a transformações contextuais, como surgimento de conflitos territoriais ou reconfigurações culturais.

A realocação de recursos federais com base nessa categorização rompe com paradigmas utilitaristas, substituindo a métrica do fluxo turístico por avaliação qualitativa da equidade sistêmica. Programas de financiamento, nesse modelo, vinculam-se a indicadores de emancipação, como a implementação de planos de gestão comunitária ou a criação de rotas turísticas não hegemônicas, que desafiam a padronização neoliberal. Ao integrar campos estruturantes, expõe-se a tensão entre globalização e autenticidade, entre fluxos capitalistas e fixos culturais, entre homogeneização e

resistência. Seu potencial transformador reside na capacidade de traduzir complexidades territoriais em políticas públicas orgânicas, que não segregam "setores", mas integram economia, cultura, espaço e relações sociais em único tecido. O sucesso, contudo, exige superar a razão que naturaliza hierarquias e fragmenta saberes, substituindo-a por práxis decolonial que coloque comunidades no centro do planejamento, não como receptáculos passivos, mas como sujeitos históricos de seu próprio desenvolvimento. Assim, a categorização deixa de ser fim burocrático para tornar-se processo vivo, espelho das lutas e esperanças que definem um novo turismo para o Brasil.

5 CONCLUSÃO

Os critérios que a superestrutura turística utiliza para classificar as cidades, como apreendido pelo artigo, são demasiadamente frágeis. Dessa forma, a tentativa deste artigo é propor um novo caminho, a partir de novos indicadores, de modo a superar as características postas na atualidade. Ao observar a teoria de Moesch (2023) e dispor os campos ecossistêmicos como ponto de partida dessa nova compreensão, entende-se que há um arrefecimento dos elementos unicamente economicistas e traçados ao sabor da necessidade tecnocrática, de modo a emular outros valores, mais complexos e dinâmicos, condizentes com a prática social do turismo.

Este estudo, ao propor uma categorização interdisciplinar das cidades turísticas brasileiras, avança na integração epistemológica entre os campos espacial, econômico, antropológico e cultural, oferecendo modelo teórico holístico que desafia visões reducionistas do turismo. A integração desses campos revela que a reclassificação das cidades turísticas brasileiras deve transcender métricas tradicionais, articulando justiça territorial (combate à gentrificação e proteção de rotas comunitárias), economia diversificada (circuitos locais e redistribuição de riqueza), governança participativa (protagonismo de comunidades e equidade de gênero) e autenticidade cultural dinâmica (preservação negociada e resistência à espetacularização). Essas dimensões interconectadas exigem políticas que harmonizem preservação socioambiental, autonomia local e diálogo entre memória, transformando o turismo em ecossistema ético onde o desenvolvimento não se reduz ao crescimento econômico, mas à coexistência equitativa entre visitantes, moradores e territórios, mediada por processos de inclusão, preservação ativa e justiça social.

Contudo, sua aplicação prática enfrenta limitações significativas, como a complexidade operacional de harmonizar indicadores qualitativos e quantitativos em contextos territoriais diversos, a carência de estruturas participativas robustas em muitos municípios e a resistência de agentes econômicos hegemônicos a políticas redistributivas. As implicações práticas demandam ajustes nas políticas públicas, como a criação de mecanismos de capacitação comunitária, a revisão de marcos legais para incorporar critérios de equidade e a priorização de pilotos regionais para testar a viabilidade do modelo. Embora a proposta busque romper com a lógica mercado-burocrática, sua efetividade

ISSN: 2177-3246

dependerá de vontade política para enfrentar assimetrias de poder e de investimentos em infraestrutura cognitiva que garantam transparência e inclusão nos processos decisórios. Assim, o estudo convida a discussões contínuas sobre como transformar o turismo em ferramenta de justiça territorial e emancipação social.

ISSN: 2177-3246

REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. Análise de conteúdo. São Paulo: Edições 70, 2016.

BENI, Mário Carlos. Análise estrutural do turismo. 10. ed. São Paulo: SENAC, 2004.

BOURDIEU, Pierre. O poder simbólico. 13. ed. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2004.

BRASIL. Ministério do Turismo. Mapa do Turismo Brasileiro. Disponível em: https://www.mapa.turismo.gov.br/mapa/init.html#/home. Acesso em: 21 mar. 2025.

CHEMIN, Michele; FILIPPIM, Maria Lúcia; ABRAHÃO, Carlos Marcelo de Souza. Projeção territorial e pontos de interesse em destinos turísticos da região Sul (Brasil): análise a partir do Mapa do Turismo 2019-2021. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, v. 15, n. 3, e-2156, 2021. DOI: https://doi.org/10.7784/rbtur.v15i3.2156.

FERNANDES, Florestan. A revolução burguesa no Brasil: ensaio de interpretação sociológica. 2. ed. Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

FUSTER, Luis. Teoría y técnica del turismo. Madrid: Nacional, 1974. v. 1-2.

HARVEY, David. A produção capitalista do espaço. São Paulo: Annablume, 2005.

HARVEY, David. Condição pós-moderna: uma pesquisa sobre as origens da mudança cultural. 24. ed. São Paulo: Loyola, 2012.

JAPIASSÚ, Hilton; MARCONDES, Danilo. Dicionário básico de filosofia. 4. ed. São Paulo: Zahar, 2006.

KANT, Immanuel. Crítica da razão pura. São Paulo: Nova Cultural, 2002.

LEIPER, Neil. Tourist attraction systems. Annals of Tourism Research, 1979.

MOESCH, Marutschka. Para adiar o fim do mundo: tessituras epistemológicas do turismo e suas encruzilhadas. Revista Rosa dos Ventos – Turismo e Hospitalidade, v. 15, n. 2, 2023. Disponível em: https://sou.ucs.br/etc/revistas/index.php/rosadosventos/article/view/11702.

MORIN, Edgar. Introdução ao pensamento complexo. Porto Alegre: Sulina, 2007.

PHILLIPS, Bernard. Pesquisa social: estratégias e táticas. Rio de Janeiro: Agir, 1974.

SANTOS, Boaventura de Sousa. Renovar a teoria crítica e reinventar a emancipação social. São Paulo: Boitempo, 2007.

SAQUET, Marcos Aurélio. Territórios e territorialidades: teorias, processos e conflitos. 2. ed. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.

SILVA, R. C. D. A interferência parlamentar no orçamento do Ministério do Turismo: discurso e realidade das políticas públicas de turismo no Brasil. *2020.* Tese (Doutorado em Turismo) – Universidade Federal do Rio Grande do Norte, Natal, 2020.

SOUSA, Diogo. Caracterização dos atores do turismo através de conceitos-chave da análise do discurso. Applied Tourism, v. 9, n. 2, p. 49-64, 2024. DOI: http://dx.doi.org/10.14210/at.v9i2.20460.

ISSN: 2177-3246

SOUSA, Diogo Diniz; ARAÚJO SOBRINHO, F. L. O processo de regionalização no Programa de Regionalização do Turismo: uma discussão crítica. Geofronter, v. 10, e7593, 2024. DOI: http://dx.doi.org/10.61389/geofronter.v10.7593.

SOUSA, Diogo Diniz; SILVA, R. C. A categorização dos municípios turísticos como promotora de redes urbanas do turismo: das fragilidades à materialidade. Revista Brasileira de Pesquisa em Turismo, v. 19, 3067, 2025. DOI: http://dx.doi.org/10.7784/rbtur.v19.3067.